

Dívida externa

Belluzzo disse que a delegação brasileira que participou das reuniões em Seul, manteve "dois encontros razoáveis" com o staff do FMI a respeito da nova postura dos países devedores. "O pessoal do FMI foi sensível à nossa posição de que só com um crescimento controlado e disciplinado, sem esquemas recessivos, o Brasil poderá pagar seus compromissos externos", disse Belluzzo, acrescentando que "o ajustamento deve ser feito sem dramas, sem perda de empregos e salários".

O secretário especial de assuntos econômicos recordou que nesses encontros com os representantes do FMI, o Governo deixou clara a sua posição de não firmar um acordo que não poderá cumprir. "Não aceitamos ser coniventes nem queremos a conivência do FMI para fazer um programa que seja irreal, com o Brasil recorrendo, daqui a três meses, por exemplo, ao waiver". Segundo Belluzzo, os representantes do FMI "têm horror quando ouvem falar em Delfim", pelos programas não cumpridos.

Belluzzo explicou que o Governo brasileiro explicou ao FMI que o desequilíbrio interno, provocado pelas seguidas — e não cumpridas — cartas de intenção, levou a inflação a taxas elevadíssimas, aumentando de forma brutal o déficit público.

Gastos públicos

Belluzzo discordou daqueles que defendem cortes drásticos no setor público, a começar pela demissão de funcionários das estatais. "Se o Governo dispensasse 100 mil funcionários, economizaria Cr\$ 3 trilhões, o que é muito pouco em termos de controle de gastos. Importante mesmo é a nova estratégia que será colocada em prática, disciplinando, por exemplo, os reajustes salariais do setor".

Ele explicou que o Governo, ao tomar uma decisão como essa, não está mudando a sua política salarial: "O governo não vai fazer arrocho salarial", afirmou Belluzzo, que é simpático à tese da escala móvel para os reajustes salariais.

Belluzzo estima que a inflação de 1985 fique em 215%, "o que será uma vitória do Governo, porque no começo do ano se falava em mais de 300%".

Ministro suíço analisa dívida e protecionismo

São Paulo — O Secretário de Estado para Assuntos Econômicos Exteriores da Suíça, Cornélio Sommaruga, alertou ontem que o acordo provisório firmado pelo Brasil com os bancos credores, "deveria dar tempo suficiente para que um programa de consolidação seja estabelecido visando controlar com êxito a inflação e as finanças públicas". Ele defendeu também um acordo que reescalone a dívida externa a longo prazo e possibilite a aplicação de novos recursos pelos bancos internacionais.

Em reunião na Câmara de Comércio Suíço-Brasileiro, Sommaruga analisou o combate ao endividamento e ao protecionismo, como meta para a futura cooperação econômica internacional. "Se é necessário recorrer ao capital estrangeiro para alcançar o desenvolvimento, também é essencial que se encontre a forma de conseguir um crescimento constante não inflacionário e que signifique uma melhor qualidade de vida para os países em desenvolvimento", observou ele.

Segundo o secretário suíço, o potencial econômico e humano do Brasil constitui, ao lado do grau de industrialização alcançado, "uma base estável para a solução do problema do endividamento". Países como o Brasil devem, em sua opinião, "corrigir as distorções de seu mercado e de seus sistemas de preços, visando o controle da inflação", permanecendo abertos ao ingresso de investimentos estrangeiros.

— Um país que quer ser atrativo para o capital estrangeiro, deve apresentar situações econômicas e institucionais as mais estáveis possíveis — destacou, advertindo que os países credores devem, por seu turno, criar condições prévias para um crescimento saudável, desenvolvendo políticas monetárias convergentes para obter uma baixa na taxa de juros, evitar movimentos nos mercados de câmbio internacionais e criar um fluxo de fundos públicos e privados para o terceiro mundo.